



Uma análise dos determinantes da feminização da pobreza no estado do Paraná (2012 e 2023)*

An analysis of the determinants of the feminization of poverty in the state of Paraná (2012 and 2023)

DOI: 10.23925/1806-9029.37in.2(68)74195

Autores: Carolina dos Santos Ferreira. Doutoranda em Economia na UEM. E-mail: pg56059@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1489-7836>. Ana Cristina Lima Couto. Professora Doutora do Departamento de Economia da UEM. E-mail: aclcouto@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8401-5909>. Claudeci da Silva. Professora Doutora do Departamento de Estatística da UEM. E-mail: csilva2@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8625-8616>. Submissão: 04/2025 - Aprovação: 10/2025.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar os principais determinantes da feminização da pobreza no Paraná e as mudanças ocorridas em 2023 comparadas com 2012 levando em consideração um conjunto de fatores socioeconômicos como escolaridade, presença de aposentadoria, trabalho informal, ocupação, horas trabalhadas e presença de filhos de 0 a 14 anos. Para realizar a análise desses fatores foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua dos anos de 2012 e 2023. Por meio desses dados foram feitas análises descritivas e modelos de regressão *logit* com a finalidade de identificar aspectos da feminização da pobreza no Paraná e quais mudanças ocorreram nas variáveis selecionadas entre os dois períodos analisados. Os principais resultados do presente estudo mostraram que a chance de pobreza de mulheres chefes de família foi superior à dos homens, o que caracteriza a feminização da pobreza no estado do Paraná, e a presença de filhos de 0 a 14 anos teve maior impacto na chance de pobreza das mulheres do que dos homens. Assim, as mulheres chefes de família do Paraná apresentaram maior situação de vulnerabilidade social e econômica do que os homens chefes de família no período analisado.

Palavras-chave: Feminização da pobreza; Desigualdade de gênero; Chefes de família.

Abstract

The objective of this study was to analyze the main determinants of the feminization of poverty in Paraná and the changes that occurred in 2023 compared to 2012, considering a set of socioeconomic factors such as schooling, presence of retirement, informal work, occupation, hours worked, and presence of children aged 0 to 14 years. To analyze these factors, data from the Continuous National Household Sample Survey for the years 2012 and 2023 were used. Through these data, descriptive analyses and logit regression models were carried out to identify aspects of the feminization of poverty in Paraná and what changes occurred in the selected variables between the two periods analyzed. The main results of the present study showed that the chance of poverty of female heads of household was higher than that of men, which characterizes the feminization of poverty in the state of Paraná, and the presence of children aged 0 to 14 years had a greater impact on the chance of poverty of women than of men. Thus, women heads of household in Paraná presented a greater situation of social and economic vulnerability than male heads of household in the period analyzed.

Keywords: Feminization of poverty; Gender inequality; Heads of household

JEL: I32; J16.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



I Introdução

As disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho são apontadas por diversos estudos. Alguns deles, demonstram as diferenças salariais entre os sexos e, por meio dessa diferença, concluem que há mais mulheres pobres no mundo do que homens (Dedecca, 2004; Hirata; Kergoat, 2007). A partir disso, surgiu o primeiro conceito de feminização da pobreza na década de 1970 por McAdoo e Pearce (1981) e seus possíveis impactos na sociedade quando se comparam mulheres que são chefes de família monoparentais com homens na mesma situação. Além disso, a comparação entre mulheres chefes de família sem cônjuge e com cônjuge também é pertinente.

Alguns autores discutem o fato de as mulheres estarem proporcionalmente mais presentes na pobreza do que os homens (feminização da pobreza). Pereira e Silva (2021) mediram o nível de pobreza no Brasil, conforme o sexo dos indivíduos nos anos de 2004, 2009 e 2014 e concluíram que o nível de pobreza das mulheres ao longo desse período foi superior ao nível de pobreza dos homens. Couto (2022) também constatou que nos anos de 2012 e 2019 as mulheres no Brasil possuíam maior probabilidade de pobreza do que os homens, e que isso se intensificou ainda mais nesse período.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os principais determinantes da feminização da pobreza no Paraná e as mudanças ocorridas entre 2012 e 2023 levando em consideração um conjunto de fatores socioeconômicos. Esta pesquisa contribui com a temática da feminização da pobreza no Paraná, associada à questão das mulheres no mercado de trabalho, evidenciando as maiores vulnerabilidades sofridas por este grupo social em um dos estados com menor número de estudos sobre as mulheres chefes de família em situação de pobreza.

A escolha da análise para o Paraná se deve ao fato de o Estado apresentar uma das menores taxas de pobreza em comparação com outras unidades federativas do país, mas há uma quantidade inferior de estudos relativos à pobreza no Estado em relação a outros estados brasileiros com maiores taxas de pobreza e desigualdade de renda⁴⁴. Apesar de ele apresentar reduzida taxa de pobreza, sua análise é fundamental para a elaboração e implementação de políticas públicas de combate à pobreza e, dado o foco do trabalho, à discriminação de gênero.

Para cumprir os objetivos propostos, esse trabalho está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte é discutida a questão da feminização da pobreza em caráter teórico. Em seguida é apresentada a metodologia, expondo informações sobre o banco de dados e do modelo escolhido para estimação dos resultados, o modelo *logit*. Na terceira parte é realizada a análise descritiva dos dados. Na quarta parte é feita a análise e discussão dos resultados dos modelos *logit* estimados. E por fim, tem-se as considerações finais.

⁴⁴ Em 2023, segundo a linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo a proporção de chefes de família pobres no Paraná era de 15,47%, contra 47,8% de chefes de família pobres no estado do Maranhão (IBGE, 2023a).



2 A feminização da pobreza

McAdoo e Pearce (1981) introduziram o conceito de feminização da pobreza nos Estados Unidos apresentando que entre 1969 e 1978 o número de famílias pobres tinha mudado pouco, mas a composição das famílias havia mudado significativamente. O número de homens pobres chefes de família (um grupo que inclui famílias com marido e mulher e famílias exclusivamente masculinas) caiu de 3,2 para 2,6 milhões, enquanto o número de mulheres pobres chefes de família com filhos menores foram de 1,8 para 2,7 milhões. Portanto, ao longo desse período, as taxas de pobreza nas famílias lideradas por mulheres foram seis vezes maiores do que à das famílias lideradas por homens. A partir disso, a feminização da pobreza passa a ser conceituada como o aumento do número de mulheres chefes de família em condição de pobreza em comparação com os homens chefes de família.

Um estudo realizado pelo governo dos Estados Unidos mostrou que se as mulheres com qualificações semelhantes à dos homens ganhassem o mesmo salário pelo trabalho realizado, o número de famílias pobres diminuiria pela metade. Ademais, mulheres casadas mesmo que ocupadas, têm direito ao apoio financeiro dado pelo marido. Essa interação se rompe quando há divórcio. Os autores também destacaram que por meio de uma pesquisa realizada na Califórnia concluiu-se que após o primeiro ano de divórcio o padrão das mulheres caiu 73% enquanto o padrão de vida dos homens subiu em 42% (Stallard *et al.*, 1983).

Em termos de medição da pobreza a investigação por gênero contribui para expandir a forma como os indicadores de pobreza são avaliados no contexto macroeconômico. Dessa forma, a renda deixa de ser o centro da análise de pobreza e passa a ser o agregado familiar, incluindo indivíduos que estão no âmbito doméstico. Além disso, inclui opiniões das próprias pessoas sobre sua condição (Chant, 2003).

Pearce (1990) complementou que nas últimas duas décadas as famílias mantidas apenas por mulheres aumentaram de 36% para 51,5%, nos Estados Unidos. Além disso, as mulheres, sejam viúvas, divorciadas ou mãe solteiras, sempre experimentaram maior nível de pobreza do que os homens. Entre 1979 e 1987, houve um acréscimo de 1 milhão de famílias chefiadas por mulheres que se tornaram pobres nos Estados Unidos. Esse aumento de mulheres chefes de família em situação de pobreza determina a feminização da pobreza.

Outras definições apresentadas por Costa e Medeiros (2008) mostram que a feminização da pobreza poderia ser conceituada tanto como o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres entre os pobres, por meio do aumento na incidência de pobreza entre as mulheres, quanto ao aumento de famílias pobres chefiadas por mulheres em comparação com famílias chefiadas por homens. O termo também pode referenciar um aumento na incidência de famílias na pobreza entre mulheres chefes de família. Portanto, a feminização é dada como um processo de tornar algo mais “feminino”, ou seja, mais comum entre as mulheres.



Vega (2019) complementa que uma das formas utilizadas para medir a pobreza entre gêneros tem sido a renda familiar. Com a finalidade de complementar os indicadores de renda são utilizadas outras dimensões como educação, saúde, vulnerabilidade ao risco, crime, violência, além da dimensão cultural. Portanto, o autor acrescenta que há grande dificuldade na constatação estatística do fenômeno da feminização da pobreza, dado que as posições de mulheres e homens frente à pobreza são diferentes, assim como a maneira de lidar com as necessidades básicas.

2.1 Estudos empíricos recentes que abordam a feminização da pobreza em contexto mundial

Ichwara *et al.* (2023) analisaram a evolução da disparidade na taxa de pobreza entre homens e mulheres e as diferenças nas taxas de pobreza entre famílias chefiadas por homens e famílias chefiadas por mulheres, por meio de inquéritos representativos que foram realizados pelo Gabinete Nacional de Estatísticas do Quênia comparando o período de 2005 e 2006 com o de 2015 e 2016. Para alcançar os objetivos, a metodologia utilizada pelo estudo foi uma análise estendida de decomposição de Blinder-Oaxaca com regressão não-linear. O estudo concluiu que a taxa de pobreza de agregados familiares chefiados tanto por homens quanto por mulheres sofreu diminuição no período e que o declínio da taxa de pobreza foi maior para os agregados familiares chefiados por mulheres do que para os agregados familiares chefiados por homens.

Guarda (2023) elaborou um estudo com a finalidade de identificar a feminização da pobreza e o seu comportamento entre os anos de 2000 e 2010 em dois países latino-americanos: Brasil e México, através da análise descritiva de dados quantitativos. Os dados foram coletados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para analisar o México e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para analisar o Brasil, o estudo concluiu que em nenhum dos dois países o fenômeno da feminização da pobreza foi apresentado, ou seja, não houve feminização da pobreza durante o período estudado no Brasil e no México.

Agy (2020) realizou uma pesquisa com o objetivo de compreender as condições socioeconômicas que caracterizam as condições de pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres separadas em três grupos: famílias lideradas por mulheres separadas que vivem com seus filhos, famílias lideradas por mulheres casadas com maridos ausentes durante pelo menos seis meses e famílias chefiadas por viúvas que vivem com seus filhos. Ademais, analisou os rendimentos e as despesas destes agregados familiares. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um inquérito por questionário ao chefe do agregado familiar ao longo de 4 trimestres nos anos de 2017 e 2018 em 6 distritos de Moçambique. O estudo concluiu que, ao longo do período, os agregados familiares compostos por chefes de família mulheres viúvas e separadas se encontraram em situação de maior pobreza do que das famílias chefiadas por mulheres que tem marido migrante. Portanto, o estudo encontrou o fenômeno da feminização da pobreza para mulheres viúvas e separadas.

Na Coreia do Sul foi realizado um estudo por Yhesaem e Heshmati (2019) com o objetivo de analisar a pobreza e como ela evoluiu na Coreia, através de uma perspectiva



de gênero e em outros atributos domiciliares no período de 2006 a 2016. Os dados foram obtidos por meio do *Korean Labor and Income Panel Study (KLIPS)* de indivíduos com 15 anos ou mais, coletados em 5000 municípios urbanos. A metodologia utilizada para analisar os dados se deu por meio do uso do modelo *probit* para estimar a incidência de pobreza e o modelo de seleção amostral de Heckman para analisar o gap e a gravidade da pobreza. Os resultados do estudo concluíram que as mães solteiras chefes de família estavam entre os trabalhadores mais pobres da Coreia e apresentaram renda mais baixa.

O estudo realizado por Klasen et al. (2015) teve como objetivo analisar se os domicílios chefiados por mulheres se encontravam em maior condição de pobreza do que domicílios chefiados por homens no Vietnã e na Tailândia. A metodologia utilizada pelo estudo foi feita através de uma pesquisa de painel domiciliar com foco na dinâmica e vulnerabilidade do domicílio entre os anos de 2007 e 2008, com dados de 4000 famílias de seis províncias rurais dos dois países. Na Tailândia, o estudo concluiu que as famílias chefiadas por mulheres são mais ricas do que as famílias chefiadas por homens, por outro lado, no Vietnã, as famílias chefiadas por mulheres se encontraram em situação de maior pobreza e vulnerabilidade do que as famílias chefiadas por homens. Em ambos os países, as famílias chefiadas por mulheres foram mais propensas a choques. Portanto, o fenômeno da feminização da pobreza foi identificado no Vietnã, mas não foi identificado na Tailândia.

Danişman e Gökova (2010) realizaram um estudo para descobrir se existiu feminização da pobreza na Turquia nos anos de 2004 a 2006, através da coleta de dados e análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares por meio de técnicas de regressão *probit* e *logit* separadas e combinadas para homens e mulheres, considerando o fenômeno da feminização da pobreza como um aumento no nível de pobreza das mulheres em comparação com os homens tanto solteiras, quanto casadas. O estudo identificou que as mulheres apresentaram maior nível de pobreza no país durante o período.

2.2 Estudos empíricos que abordam a questão da feminização da pobreza no Brasil

Sabóia e Soares (2004) verificaram, por meio de um estudo, se houve feminização da pobreza no Brasil, a partir do aumento da participação das mulheres como chefe de família no país por meio de uma análise descritiva, com dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e da PNAD da década de 1990. Os resultados obtidos concluíram que não foi possível detectar feminização da pobreza por meio da análise de mulheres chefes de família. Já Araújo et. al (2016) analisaram as condições econômicas das famílias monoparentais femininas do Brasil e o nível de bem-estar dessas famílias em relação às demais, no ano de 2012 por meio de análise descritiva de dados da PNAD do IBGE do ano de 2012. O estudo identificou que mesmo as mulheres possuindo maior incidência na pobreza, e terem renda *per capita* inferior aos outros arranjos familiares, sem a presença do cônjuge o estudo não encontrou o fenômeno da feminização da pobreza.

Lima e Oliveira (2023) elaboraram um estudo com a finalidade de analisar, por meio de uma abordagem multidimensional, a pobreza das chefes de família da Região Nordeste do Brasil no ano de 2015. Por meio da utilização da estimação o Índice de Pobreza



Multidimensional (MPI) com base nos dados da PNADC no ano de 2015. Os resultados encontrados permitem inferir que as famílias do Nordeste que são chefiadas por mulheres e que têm a presença do cônjuge são mais pobres em relação às famílias chefiadas por mulheres onde não há a presença de companheiro.

Carmo (2019) verificou se houve a feminização da pobreza no Brasil no período de 2004-2015 através de uma análise descritiva de dados desagregados por raça e gênero da PNAD em comparação com o estudo realizado pelo Ipea em 2005. Os resultados obtidos na pesquisa apontam que não houve uma quantidade significativa de representação feminina na população abaixo da linha da pobreza no Brasil no período e não houve aumento ao longo do tempo acima do crescimento populacional das mulheres.

Schinaider *et. al* (2020) realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar a hipótese de que houve feminização da pobreza no Brasil nos anos de 2005 e 2015 por meio do uso do índice de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT) com dados da PNAD. As linhas de pobreza estabelecidas para o estudo foram de meio salário-mínimo. Os principais resultados não apontaram evidências de feminização da pobreza no período quando são comparados os gêneros. Porém, levando-se em consideração a posição da mulher no domicílio (chefe ou cônjuge) e o tipo de família (mulher com filhos), houve aumento na incidência e intensidade da pobreza ao longo dos anos analisados ocorrendo em termos absolutos o processo de feminização da pobreza.

Moraes (2023) elaborou um estudo que analisa as contradições socioeconômicas existentes na diferenciação de gênero, por meio do estudo sobre os Domicílios Chefiados por Mulheres (DCMs) como variável chave para o entendimento da Feminização da Pobreza (FP) no Brasil por meio de uma análise quantitativa dos dados e pesquisa teórica sobre o tema usando dados da PNAD de 1995 a 2015. O estudo mostrou que entre as famílias chefiadas por homens e as famílias chefiadas por mulheres, quando houve melhora na distribuição de renda durante o período, entre famílias mais pobres, as famílias chefiadas por homens foram mais bem remuneradas do que as famílias chefiadas por mulheres.

Ferreira e Santos (2022) elaboraram um estudo para compreender a pobreza a partir de uma perspectiva de gênero, analisando o papel doméstico e laboral da mulher na sociedade e sua contribuição econômica no mercado de trabalho atual. A metodologia proposta para o trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica de estudos que analisaram as perspectivas de gênero na economia e das mulheres no mercado de trabalho. O estudo concluiu que a maioria da população brasileira chefiada por mulheres recebeu cerca de 1/3 a menos que as chefiadas por homens em iguais posições laborais.

Nascimento *et al.* (2020) analisaram a feminização da pobreza nos anos de 2001 e 2015 no Brasil, investigando os fatores associados a esse processo, por meio da estimação de um modelo *logit*, buscando identificar os fatores que elevam a probabilidade de ter feminização da pobreza no país. Com dados coletados da PNAD e PNAD contínua entre os anos de 2001 e 2015, o estudo mostrou que no ano inicial havia mais homens que



mulheres em nível de pobreza. Ao longo dos anos até 2015, o percentual de mulheres chefes de família em nível de pobreza passou a ser superior ao dos homens.

O estudo realizado por Vargas (2019) buscou identificar diferenciais de rendimento e de oportunidades entre homens e mulheres na região do ABC paulista, além de verificar se houve o processo de feminização da pobreza para chefes de família mulheres na região. O estudo utilizou dados coletados do Censo de 2000 e 2010 e da RAIS. Por meio de uma análise descritiva, foi concluído que o rendimento das mulheres foi inferior ao rendimento dos homens e as mulheres chefes de família se encontraram em maior grau de vulnerabilidade do que os homens.

Raiher (2016) elaborou um artigo com a finalidade de analisar a sobrerepresentação da pobreza feminina no Brasil no ano de 2013 e verificar o fenômeno da feminização da pobreza. Para isso, utilizou os dados da PNADC de 2013, para mensurar a porcentagem de famílias pobres chefiadas por homens em comparação com a porcentagem de famílias pobres chefiadas por mulheres. Em seguida, foi feita uma estimativa via *logit* para verificar se houve a sobrerepresentação feminina na pobreza. O estudo concluiu que houve uma maior parcela de chefes de famílias mulheres inseridas na condição de pobreza do que chefes de família homens.

Um estudo feito por Santos e Almeida (2024) teve como objetivo investigar a ocorrência de feminização da pobreza no Brasil no período da Covid-19. A metodologia adotada pelo estudo usou dados trimestrais da PNADC dos anos de 2019 e 2020, para a estimativa de um modelo de probabilidade linear, com a adoção da linha de pobreza de meio salário-mínimo *per capita*, adotada pelo governo federal. Os resultados encontrados mostraram que houve maior probabilidade de chefes de família mulheres se encontrarem em situação de maior vulnerabilidade do que os chefes de família homens. Além disso, o estudo também observou uma relação positiva entre o início da pandemia de Covid-19 e aumento da pobreza feminina.

Amaral e Cunha (2021) realizaram um ensaio com o objetivo de analisar o efeito dos programas de políticas sociais de transferência de renda condicionada no Brasil para amenizar os efeitos da pobreza e da desigualdade da distribuição de renda no país. A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos do estudo, consistiu na estimativa de um modelo *logit* com uso de microdados da PNADC dos anos de 2016 e 2017, utilizando as linhas de pobreza de R\$85,00 para indivíduos extremamente pobres e de R\$170,00 para indivíduos pobres. O *logit* foi o modelo usado para realizar os cálculos de desigualdade e pobreza. Os resultados encontrados pelo estudo apontaram que os domicílios chefiados por mulheres representaram a maior parte dos beneficiários dos programas sociais e maior vulnerabilidade econômica.



3 Metodologia

3.1 Fonte de dados e construção das variáveis

Com o objetivo de analisar a situação da mulher no mercado de trabalho e sua condição de pobreza no estado do Paraná são utilizados microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE (2023a) dos anos de 2012 e 2023. A escolha do ano de 2012 se deve ao início da série com a atual metodologia e 2023, pois é a última série disponível. As unidades de análises são as mulheres e homens responsáveis pelo domicílio no Estado do Paraná. Para o presente estudo, o software utilizado foi o *Stata* versão 14.0. Quanto aos dados utilizados, foram selecionadas as informações do domicílio excluindo pensionistas, empregados domésticos e filhos de empregados domésticos da amostra. Para os demais integrantes foram criadas variáveis para classificar os indivíduos da família divididos em: chefe, casal, filhos, parentes e outros parentes, agregados ou conviventes. Assim, o total de observações foi de 3.506.028 em 2012 e de 4.264.596 em 2023.

Os chefes de família são divididos por sexo (homem ou mulher). Para a questão da etnia, os indivíduos foram classificados como brancos e não brancos (preto, amarelo, pardo e indígena). A variável idade se apresenta de forma contínua para os chefes acima de 14 anos e para os filhos foram criadas duas faixas etárias: de 0 a 6 anos e de 7 a 14 anos. Também foi selecionada a variável área censitária para verificar se o domicílio se encontra em área urbana ou rural. Quanto à ocupação, foram criadas variáveis para identificar se o chefe de família é ocupado ou não. Ademais, também é verificado se no domicílio algum indivíduo recebeu aposentadoria. As horas de trabalhos são usadas para medir o quanto a jornada de trabalho afeta a pobreza e o trabalho informal na questão de gênero.

Elaborou-se uma variável representativa da informalidade com base no conceito da Síntese de Indicadores do IBGE (2023b) que considera como trabalhador informal as seguintes características: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares. A escolaridade foi utilizada para os chefes de família de forma contínua em anos de estudo.

Para analisar a chance de pobreza se utilizou a linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo de renda média habitual domiciliar *per capita* mensal⁴⁵ relativa ao ano de 2023. Para o ano de 2012 foi feita atualização dos valores monetários a preços de 2023 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Desse modo, foram considerados pobres todos os indivíduos com rendimento menor ou igual à linha de pobreza definida. O plano amostral da PNADC foi ajustado estatisticamente de acordo com a metodologia de Korn & Graubard (1990) para estimar as variáveis proporcionalmente à população total do Estado do Paraná.

⁴⁵ O rendimento domiciliar *per capita* é dado pela soma dos rendimentos de todas as fontes obtidos por cada morador no mês de referência da pesquisa em termos nominais, dividida pelo total dos moradores (IBGE, 2023b).



3.2 Modelo Logit

Para verificar a hipótese da feminização da pobreza no Paraná entre os chefes de família em 2012 e 2023, inicialmente será realizada uma análise descritiva dos dados. Assim, a hipótese de feminização é confirmada se a proporção de chefes mulheres na condição de pobreza for substancialmente superior à dos chefes homens e, ainda, essa proporção tender aumentar sua distância ao longo do tempo. Em seguida, para um resultado mais robusto, a hipótese é verificada utilizando um modelo *logit*. A escolha desta modelagem levou em conta a quantidade de trabalhos empíricos que aplicam esse modelo para analisar o fenômeno da feminização da pobreza, mostrando-se um mecanismo relevante para o estudo e análise da pobreza de mulheres chefes de família, além de ser um modelo adequado para analisar a chance de um evento ocorrer, que no caso deste trabalho é a situação de um indivíduo se encontrar em situação de pobreza ou não.

De acordo com Gujarati e Porter (2011), o modelo de regressão logística (*logit*) é utilizado para analisar uma variável dependente binária que apresenta a possibilidade de um evento ocorrer ou não. Em outras palavras, apresenta a possibilidade de ocorrência de um evento P_i = probabilidade de que a variável dependente $Y_i = 1$ ocorra, ou de que a variável dependente $Y_i = 0$ não ocorra ($1-P_i$). Para fins de estimação, o modelo *logit* é apresentado na Equação 1.

$$Li = \ln\left(\frac{P_i}{1-P_i}\right) = \beta_1 + \beta_2 X_i + ui \quad (1)$$

Em que Li representa o logaritmo da razão de chances de um evento ocorrer e varia de $e^{-\infty}$ a $+\infty$; a razão de chances em favor de um evento ocorrer menos a razão da probabilidade de que um evento ocorra menos a probabilidade de que não ocorra é dada por $\left(\frac{P_i}{1-P_i}\right)$, em que P vai de 0 a 1. O X representa uma variável regressora do modelo, β_1 representa o intercepto e é o valor do logaritmo das chances favoráveis de que o evento ocorra quando o regressor X é igual a 0 e β_2 representa o coeficiente angular e mede a variação de L para uma unidade de variação em X .

No presente estudo, inicialmente é realizado uma análise geral utilizando um modelo *logit* para chefes pobres para conferir se existe maior sensibilidade das mulheres chefes se encontrarem em situação de pobreza ou não, e desse modo verificar a existência da feminização da pobreza entre chefes no Paraná em 2012 e 2023. Tal modelo é expresso na Equação 2.

$$\ln\left[\frac{p}{1-p}\right] = \beta_0 + \beta_1 \text{gênero} + \beta_2 \text{raça} + \beta_3 \text{escolaridade} + \beta_4 \text{idade} + ui \quad (2)$$

Em que $P = 0$ apresenta a probabilidade de um chefe de família não ser pobre e $P = 1$ apresenta a probabilidade de um chefe de família se encontrar em situação de pobreza. E ui representa o termo de erro. Tendo como variáveis de controle informações

relacionadas à etnia denominada de *raça* (igual a 1 se a pessoa é chefe da cor branca e 0 caso contrário), *escolaridade* (em anos de estudo) *idade* (em anos), além do gênero (igual a 1 se o chefe é mulher e 0 caso contrário), que é a variável de interesse, de tal modo que se esta for significativa se confirma a feminização da pobreza entre os chefes de família. Em seguida, uma vez confirmada a maior probabilidade de pobreza das mulheres, acrescentam-se variáveis no modelo distinguindo-o entre homens e mulheres para medir a chance de pobreza e quais fatores mais impactam cada gênero, conforme Equação 3.

$$\ln \left[\frac{p}{1-p} \right] = \beta_0 + \beta_1 \text{Idade} + \beta_2 \text{raça} + \beta_3 \text{casal} + \beta_4 \text{escolaridade} + \beta_5 \text{tamanho} + \beta_6 \text{filho0a6} + \beta_7 \text{filho7a14} + \beta_8 \text{aposentadoria} + \beta_9 \text{urbano} + u_i \quad (3)$$

Em que $P = 0$ é a probabilidade de que a chefe de família não se encontre em situação de pobreza e $P = 1$ é a probabilidade de que o chefe de família se encontre em situação de pobreza, o modelo é estimado separadamente para chefe homem e depois para chefe mulher. E u_i representa o termo de erro. Em relação às variáveis, além das já apresentadas na Equação 1, são inseridas as informações a saber: *casal* (igual a 1 se tem cônjuge e 0 caso contrário), *tamanho* (quantidade de indivíduos dentro da família); *filho0a6* (igual a 1 se o filho tem de 0 a 6 anos e 0 caso contrário); *filho7a14* (igual a 1 se o filho tem de 7 a 14 anos e 0 caso contrário); *aposentadoria* (igual a 1 se recebe aposentadoria e 0 para o contrário); e *urbano* (igual se 1 se mora na área urbana e 0 caso contrário). Por fim, o último modelo estimado analisa se chefes de família ocupados divididos por sexo apresentam maior chance de pobreza de acordo com variáveis que caracterizam o mercado de trabalho, Equação 4.

$$\ln \left[\frac{p}{1-p} \right] = \beta_0 + \beta_1 \text{Idade} + \beta_2 \text{raça} + \beta_3 \text{escolaridade} + \beta_4 \text{informal} + \beta_5 \text{horas0a14} + \beta_6 \text{horas15a39} + \beta_7 \text{horas40a44} + u_i \quad (4)$$

Em que $P = 0$ é a probabilidade de que a mulher chefe de família ocupada não se encontre em situação de pobreza e $P = 1$ é a probabilidade de que a mulher chefe de família ocupada se encontre em situação de pobreza e o mesmo procedimento é feito para analisar o homem chefe de família e u_i representa o termo de erro. As variáveis representativas do mercado de trabalho inseridas no modelo são: *informal* (igual a 1 se o chefe de família está na informalidade e 0 caso contrário); *horas0a14* (igual a 1 para chefe de família que trabalha de 0 a 14 horas e 0, caso contrário); *horas15a39* (igual a 1 para chefe de família que trabalha de 15 a 39 horas e 0, caso contrário); *horas40a44* (igual a 1 para chefe de família que trabalha de 40 a 44 horas e 0, caso contrário); e *horas45 mais* (igual a 1 para chefe de família que trabalha 45 horas ou mais e 0, caso contrário) que é a *baseline*.

4 Análise e discussão dos resultados das variáveis descritivas

Os dados apresentados na Tabela 1 ilustram as características dos chefes de família no Paraná nos anos de 2012 e 2023. Comparando o ano de 2023 com o de 2012, o percentual médio de chefes pobres diminuiu de 19% para 15,46%. Tal redução é compatível com o estudo de Couto e Silva (2022) que salienta que houve declínio da pobreza no Brasil, segundo o IBGE, entre 2012 e 2019, passando de 26,5% para 24,7% de indivíduos pobres no país. No mesmo período, o percentual de famílias chefiadas por

mulheres no país apresentou aumento significativo, passando de 31,38% para 49,90%, entre 2012 e 2023. O estudo de McAdoo e Pearce (1981) também mostra o aumento significativo de mulheres chefes de família nos Estados Unidos ao longo dos anos. Ademais, a inserção das mulheres no mercado de trabalho permitiu a acumulação de maiores salários e novas configurações familiares ao longo dos anos (maior quantidade de mulheres chefes de família e mães solteiras), assim como a dupla jornada no mercado de trabalho é apresentada por Goldin (2006) e Hirata e Kergoat (2007).

Tabela 1 - Características dos chefes de família no Paraná em 2012 e 2023

Variáveis	2012			2023			Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Média				
Pobre	19,04%	39,36%	0	1	15,46%	36,16%	0	1	
Chefe Mulher	31,38%	46,40%	0	1	49,90%	50%	0	1	
Idade	47,3	15,7	15	104	48	16,5	14	101	
Raça Branca	68,35%	46,51%	0	1	61,78%	48,59%	0	1	
Escolaridade	8,5	4,7	0	16ou+	10	4,7	0	16ou+	

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da PNADC (IBGE, 2023a).

A idade média dos chefes de família, se manteve praticamente constante (47 anos em 2012 e 48 anos em 2023). A escolaridade média dos chefes de família aumentou de 8,5 anos em 2012 para 10 anos em 2023. Couto e Silva (2022) ressaltam que quanto maior for a escolaridade, menor a chance de pobreza. Quanto à questão de raça apresentada na Tabela 2, verifica-se que a quantidade de chefes de família não brancos (negros, pardos, amarelos e indígenas) em situação de pobreza no Paraná foi superior a quantidade de chefes de família brancos na mesma situação tanto em 2012 (26,16%), quanto em 2023 (19,57%), apesar de este grupo ter apresentado maior queda de participação na pobreza que entre os chefes de família brancos. De qualquer forma, os achados são consistentes com o estudo de Bonetti *et al.* (2008) que também apontou a maior incidência de pobreza para não brancos no Brasil entre 1996 e 2007.

Tabela 2 - Porcentagem média de chefes de família em situação de pobreza no Paraná de acordo com a raça em 2012 e 2023

Chefes de família	2012	2023
Brancos	15,75%	12,93%
Não Brancos	26,16%	19,57%
Total	19,04%	15,47%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da PNADC (IBGE, 2023a).

Em seguida, a Tabela 3 mostra a porcentagem média de chefes de família dividida por gênero em situação de pobreza no Paraná nos anos de 2012 e 2023. Houve uma diminuição na proporção de mulheres chefes de família pobres durante o período, de 20,05% em 2012 para 19,03% em 2023. Para os homens a diferença foi mais significativa entre os períodos (18,58% em 2012 para 11,92% em 2023). O fenômeno da feminização da pobreza introduzido por McAdoo e Pearce (1981) é identificado no Paraná durante o período, pois a proporção de mulheres chefes de família em situação de pobreza foi superior à dos homens tanto em 2012, quanto em 2023.

Tabela 3 - Porcentagem média de chefes de família em situação de pobreza no Paraná de acordo com o gênero em 2012 e 2023

Chefes de família	2012	2023
Mulheres	20,05%	19,03%
Homens	18,58%	11,92%
Total	19,04%	15,47%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da PNADC (IBGE, 2023a).

Através da caracterização dos chefes de família no Paraná na Tabela 4, observa-se que a média da escolaridade, tanto do homem quanto da mulher, aumentou para 10 anos em 2023 em comparação a aproximadamente 8 anos em meio em 2012, dado que contribui com a redução de pobreza segundo Couto e Silva (2022). Freitas e Rodrigues (2012) apontam que maior escolarização das mulheres permitiu uma maior participação no mercado de trabalho e, consequentemente, maiores salários.

Tabela 4 - Características dos chefes de família, por gênero, no Paraná em 2012 e 2023

Variáveis	2012				2023			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	Média	Desvio Padrão						
Pobre	18,58%	38,89%	20,05%	40,04%	11,92%	32,40%	19,03%	39,25%
Idade	46,3	15,3	49,6	16,33	47,8	16,16	47,8	16,9
Raça Branca	67,81%	46,72%	69,55%	46,02%	61,78%	48,59%	61,78%	48,59%
Casal	86,25%	34,43%	34,43%	47,52%	73,10%	44,34%	53,28%	49,89%
Escolaridade	8,7	4,6	8,3	5	10	4,6	9,8	4,8
Tamanho	3,2	1,3	2,7	1,5	2,7	1,3	2,7	1,3
Filho0a6	24,06%	42,74%	14,46%	35,18%	17,33%	37,85%	19,87%	39,90%
Filho7a14	27,50%	44,65%	21,76%	41,27%	20,72%	40,53%	22,11%	41,50%
Aposentadoria	24,41%	42,96%	27,10%	44,45%	28,39%	45,10%	31,38%	46,41%
Urbano	82,92%	37,63%	92,22%	26,78%	85,79%	34,91%	91,99%	27,13%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da PNADC (IBGE, 2023a).

No Paraná, a proporção de mulheres chefes de família, com cônjuge subiu de 34,43% em 2012 para 53,28% em 2023. Já a proporção de homens chefes de família com cônjuge teve uma queda entre os dois anos, passando de 86,25% para 73,10%, no período. Dessa forma, vê-se a questão do cônjuge como não tão significativa para o homem quanto para a mulher, pois a diminuição da proporção de chefes pobres foi significativa em 2023, questão demonstrada por McAdoo e Pearce (1981) nos Estados Unidos.

A proporção de presença de filhos de 0 a 6 anos nas famílias aumentou significativamente de 2012 para 2023, evoluindo de 14,46% para 19,87%, para as chefiadas por mulheres. Por outro lado, de 7 a 14 anos seguiu praticamente constante no período (21,76% e 22,11%). Já para os homens, houve uma queda significativa na porcentagem média de filhos de 0 a 6 anos de 24,06% para 17,33% de 2012 para 2023 e de 7 a 14 anos (de 27,50 para 20,72%, respectivamente).

Quanto à presença de aposentados, a proporção aumentou e passou de 27,10% em 2012 para 31,38% em 2023 para chefes mulheres, e de 24,41% para 38,39% para os chefes homens neste mesmo período. Amaral e Cunha (2021) salientam a importância da presença de aposentadoria para a melhoria das condições econômicas em domicílios e

diminuição da porcentagem de chefia em situação de pobreza entre os períodos, tanto para homens chefes, quanto para mulheres chefes. O tamanho médio das famílias seguiu constante durante o período em aproximadamente 3 indivíduos por domicílio. Por fim, os dados da Tabela 4 mostram ainda que em 2012 e em 2023 a chefia feminina está substancialmente mais presente na zona urbana (cerca de 92%), enquanto para os homens a proporção dos que vivem na zona urbana passou de 82,9% para 85,8%. Nesse período, houve leve aumento da urbanização para os homens, embora a diferença relativa tenha se mantido. Assim, a presença da mulher na chefia está mais ligada ao meio urbano, possivelmente pela maior disponibilidade de oportunidades de emprego e acesso aos serviços sociais.

Na Tabela 5 são apresentadas as características dos chefes de família, por gênero, e que apresentam ocupação no Paraná em 2012 e 2023.

Tabela 5 - Características dos chefes de família ocupados no Paraná em 2012 e 2023, por gênero.

Variáveis	2012				2023			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Pobre	16,97%	37,54%	15,08%	35,80%	7,94%	27,05%	11,88%	32,37%
Idade	42,3	12,5	42,8	11,8	42,8	12,6	41,4	11,9
Raça Branca	68,09%	46,61%	71,32%	45,24%	61,23%	48,73%	61,08%	48,76%
Escolaridade	9,4	4,3	10	4,5	10,7	4,2	11,5	4
Informal	27,94%	44,87%	32,32%	46,75%	29,20%	45,48%	33,25%	47,12%
Horas0a14	1,55%	12,38%	6,78%	25,16%	1,71%	12,99%	6,61%	24,86%
Horas15a39	11,64%	32,08%	23,26%	42,26%	11,76%	32,23%	25,32%	43,50%
Horas40a44	45,25%	49,78%	44,87%	49,75%	61,72%	48,61%	53,59%	49,88%
Horas45mais	41,54%	49,28%	25,07%	43,35%	24,78%	43,18%	14,45%	35,17%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da PNADC (IBGE, 2023a).

A proporção de mulheres chefes de família ocupadas em situação de pobreza no Paraná caiu de 15,08% em 2012 para 11,88% em 2023. Quanto à proporção de homens chefes ocupados em situação de pobreza a queda foi maior, passando de 16,97% em 2012 para 7,94% em 2023. Ambos os gêneros apresentaram queda no período, mas a quantidade de mulheres ocupadas em situação de pobreza que era inferior à de homens ocupados nesta condição em 2012, passou a ser superior à dos homens, achados que estão em conformidade com o estudo de McAdoo e Pearce (1981).

A escolaridade média, tanto dos chefes homens quanto das chefes mulheres, aumentou em 2023 comparado a 2012. A tal respeito, Goldin (2006) salienta que o aumento da escolaridade das mulheres inseridas no mercado de trabalho pode contribuir para a promoção delas a cargos mais bem remunerados. A informalidade aumentou no período. No entanto, ela se manteve maior para as mulheres (32,32% e 33,25%) do que para os homens (27,94% e 29,20%) tanto em 2012 quanto em 2023, apesar de ter crescido proporcionalmente mais para os homens. Importante salientar que segundo Hirata e Kergoat (2007), trabalhos informais atingem em maior proporção as mulheres que recebem salários inferiores e trabalham em uma carga horária formal menor que à dos homens.

A carga horária média dos homens chefes de família em faixas de horas de trabalho formal de 40 a 44 horas, foi significativamente superior à das mulheres. Enquanto 1,55% da média dos homens ocupados trabalhou em uma jornada de 0 a 14 horas em 2012, 6,78% das mulheres trabalharam nessa faixa no mesmo ano. Já em 2023, 1,71% dos homens ocupados trabalharam nessa faixa enquanto 6,61% das mulheres ocupadas exerceram suas atividades laborais nesse período.

A jornada de 15 a 39 horas também apresentou diferenças significativas entre os sexos na média sendo de 11,64% em 2012 para os homens e 11,76% em 2023, enquanto para as mulheres foi de 23,26% em 2012 e 25,32% em 2023. Acima de 45 horas houve uma diminuição significativa para ambos os sexos de 2012 para 2023. Em média 25,07% das mulheres trabalharam nessa faixa em 2012, enquanto 49,28% foi a média dos homens que trabalharam nessa faixa nesse período. Em 2023, a média de mulheres ocupadas que trabalharam nessa faixa foi de 14,45% enquanto a dos homens ocupados foi de 24,78%. Quanto à jornada de trabalho de 40 a 44 horas, a média tanto de homens quanto de mulheres também aumentou, mas foi significativamente maior para os homens em 2023 (média de 42,24% em 2012 e 61,72% em 2023 para os homens e de 44,87% em 2012 e 53,59% em 2023 para as mulheres).

Os dados encontrados estão em conformidade com o estudo de Souza (2001), que apresenta o fato de que mulheres exercem cargos de menor produtividade e carga horária e, por isso, recebem salários inferiores aos dos homens. Ademais, também aponta para o maior grau de informalidade das mulheres chefe de família. Portanto, a menor jornada de trabalho formal, por necessidade de empregos com jornada flexível, ou informais, também é resultado de uma discriminação de gênero no âmbito do mercado de trabalho, apesar de não determinada unicamente por este mercado, mas também como decorrente da organização social para a estrutura familiar.

4.1 Análise e discussão dos resultados do modelo logit

Os resultados do modelo *logit* para estimação da chance de pobreza dos chefes de família no Paraná em termos de razão de chances (Or) para os anos de 2012 e 2023 estão expostos na Tabela 6. Na coluna (1) são apresentados os resultados do modelo geral representado pela Equação 2; na coluna (2) estão os resultados da Equação 3 para chefes homens, o resultado para chefe mulher encontra-se na coluna (4); na coluna (3) apresenta-se os resultados da Equação 4, a qual considera variáveis de ocupação, para chefes de famílias homem e na coluna (5) para chefes mulheres.

Ao analisar as variáveis da coluna 1, referentes ao modelo geral (Equação 2), nota-se que, tanto em 2012 quanto em 2023, a variável chefe mulher, que designa o sexo do indivíduo, foi significativa para explicar a pobreza de um chefe de família no Paraná. E que enquanto em 2012 ser chefe mulher aumentava a chance de pobreza em 21,5% (calculado ao considerar o resultado OR menos 1 e o resultado vezes 100, $((1,215-1) \times 100) = 21,5\%$) quando comparado ao chefe homem, em 2023 essa chance aumentou para 79,2%. Houve um aumento substancial da razão de chances de pobreza das mulheres chefes de família no período, indicando uma possível fragilidade da mulher pobre em relação ao homem pobre ambos na condição de chefe de família.

O que está de acordo com o resultado encontrado nos estudos de Couto (2022), que apresentou que a chance de pobreza de mulheres chefes no Brasil foi maior do que a do homem. Raiher (2016) também concluiu que as mulheres se encontraram em maior situação de vulnerabilidade econômica do que os homens.

Os resultados referentes à variável gênero se alinham com as informações observadas na Tabela 3 da parte descritiva. Considerando o resultado do modelo geral, a feminização da pobreza do Paraná é observada a partir do momento em que a chance de pobreza da chefe mulher apresentou-se superior à do chefe homem em ambos os anos da análise. Além disso, essa chance aumentou em 2023 quando comparada a 2012, indicando que a pobreza entre chefes mulheres tende a ser maior em 2023 do que em 2012, e por outro lado a chance de pobreza do chefe homem caiu, indicando um aumento do distanciamento entre o nível de pobreza de chefes mulheres da dos homens no Paraná.

Em relação à variável idade, esta se apresentou significativa em todos os modelos analisados, de tal modo que com o aumento da idade do indivíduo a chance de pobreza é menor, em média, em 5%. Quanto à questão da raça, a variável chefe branco foi significativa tanto em 2012 quanto em 2023. Ambos os períodos apresentaram que a chance de pobreza do chefe branco tende ser menor que a do chefe não brancos. Tal comportamento é observado nos resultados de todos os modelos estimados. Esse dado segue o estudo de Bonetti *et al.* (2008) que demonstra que indivíduos de raça branca tiveram menos chance de se encontrarem em situação de pobreza.

A escolaridade também foi significativa para uma menor chance de pobreza dos indivíduos tanto em 2012 (17,6% menor chance de pobreza) quanto em 2023 (14,7% menor chance de pobreza), para cada ano adicional de estudo. Observa-se que com o passar dos anos, com aumento do acesso à educação e popularização desta, a escolaridade tem contribuído menos com a menor chance de pobreza dos chefes de família no Paraná, tal comportamento é observado em todos os modelos estimados. Porém, cabe salientar, que apesar disto, a escolaridade ainda é um fator que contribui para a redução da chance de pobreza. Os resultados sobre a escolaridade estão de acordo com aqueles encontrados por Abramo (2003), em que a escolaridade é vista como um fator significativo para aumentar a chance de emprego e melhores salários para os indivíduos e, consequentemente, a chance de pobreza se torna menor. Goldin (2006) também ressaltou a escolaridade como um fator significativo para a diminuição da pobreza, principalmente das mulheres. Apesar disso, Araújo *et al.* (2018) mostraram que mesmo as mulheres possuindo maior grau de escolaridade do que os homens, elas se defrontam com menores remunerações e maiores níveis de pobreza.

Dado que o modelo geral apresentou diferenças significativas nas chances de pobreza do homem em relação a mulher, foi estimado modelos para homens e mulheres em separado. Nas colunas 2 e 4 da Tabela 6, estão expostos os resultados do modelo, para homem e mulher respectivamente, para medir a chance de pobreza, e verificar os fatores que mais impactam a pobreza de cada gênero, conforme Equação 3. Cabe destacar que algumas variáveis já foram analisadas juntamente com os resultados do modelo geral, uma vez que independentemente do modelo, estas mostraram o mesmo

comportamento, desse modo, aqui são analisadas apenas as informações que não constam na Equação 2.

Observa-se que a presença do cônjuge no domicílio, representada pela variável *casal*, tende a reduzir a chance de pobreza do chefe das famílias paranaense, independentemente do gênero, e que de 2012 para 2023 aumentou a contribuição dessa variável na diminuição da chance de pobreza. Porém, as menores chance de pobreza, frente a presença do cônjuge no domicílio, tem efeitos mais representativos entre as chefes mulheres (as quais apresentaram 64,1% menos chance de pobreza em 2023) do que para os chefes homens (que apresentaram 38% menos chance de pobreza em 2023).

Tabela 6 - Resultados da estimativa do modelo logit para verificar a razão de chances de um chefe de família se encontrar em situação de pobreza em um domicílio do Paraná em 2012 e 2023

Variáveis	(1)		(2)		(3)		(4)		(5)	
	2012	2023	2012	2023	2012	2023	2012	2023	2012	2023
Idade					0,999					
	0,949*** (0,00278)	0,957*** (0,00313)	0,987*** (0,005)		0,946*** (0,004)	0,960*** (0,006)	0,968*** (0,006)	0,984*** (0,005)	0,940*** (0,009)	0,945*** (0,008)
Raça	0,715*** (0,0526)	0,829** (0,0702)	0,695*** (0,667)	0,919 (0,120)	0,734*** (0,0728)	0,771 (0,124)	0,643*** (0,0892)	0,879 (0,107)	0,497*** (0,0931)	0,708* (0,142)
Casal	-	-	0,798 (0,141)	0,620** (0,116)	-	-	0,380*** (0,0658)	0,359*** (0,045)	-	-
Escolaridade	0,824*** (0,00823)	0,853*** (0,00817)	0,831*** (0,0105)	0,867*** (0,0127)	0,818*** (0,0109)	0,838*** (0,016)	0,836*** (0,015)	0,847*** (0,0126)	0,811*** (0,0221)	0,849*** (0,0185)
Tamanho	-	-	1,337*** (0,0548)	1,341*** (0,085)	-	-	1,400*** (0,0664)	1,395*** (0,0807)	-	-
Filho0a6	-	-	2,876*** (0,351)	1,935*** (0,313)	-	-	2,541*** (0,493)	2,698*** (0,430)	-	-
Filho7a14	-	-	1,664*** (0,166)	1,298 (0,213)	-	-	1,879*** (0,312)	1,708*** (0,224)	-	-
Aposentadoria	-	-	0,404*** (0,060)	0,319*** (0,0769)	-	-	0,327*** (0,068)	0,227*** (0,0438)	-	-
Urbano	-	-	0,546*** (0,057)	0,529*** (0,0799)	-	-	0,514*** (0,0939)	0,519*** (0,102)	-	-
Chefe mulher	1,215** (0,0964)	1,792*** (0,146)	-	-	-	-	-	-	-	-
Informal	-	-	-	-	1,260* (0,148)	1,162 (0,210)	-	-	1,334 (0,330)	1,659** (0,359)
Horas0a14	-	-	-	-	1,452 (0,561)	0,865 (0,452)	-	-	2,495** (0,888)	3,775*** (1,630)
Horas15a39	-	-	-	-	0,734* (0,131)	1,396 (0,345)	-	-	1,090 (0,272)	2,033** (0,593)
Horas30a44	-	-	-	-	1,006 (0,111)	0,819 (0,163)	-	-	0,690 (0,163)	1,174 (0,332)
Constante	13,60*** (2,605)	4,739*** (0,978)	1,174 (0,379)	0,553 (0,248)	12,53*** (3,408)	3,017** (1,406)	4,655*** (2,166)	2,545** (1,08)	20,69*** (12,83)	4,652*** (2,59)

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da PNADC (IBGE, 2023a).

Erros padrão robusto entre parênteses

*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

Os resultados referentes à presença de casal no domicílio se alinham com a perspectiva de Yhesaem e Heshmati (2019) que apontaram que a presença de cônjuge foi significativa para menor taxa de pobreza das mulheres bem como com os resultados obtidos por Schinaider et. al (2020), que encontraram menor probabilidade de uma mulher chefe de família casada se encontrar em situação de pobreza em comparação com uma mulher com filhos e sem cônjuge.

A variável que representa o tamanho da família foi significativa para uma maior chance de pobreza tanto dos homens quanto das mulheres. Cabe salientar que, nos últimos anos, tem se observado uma redução do tamanho das famílias, porém essa redução



tende ser maior nas camadas sociais mais elevadas. Em 2012, o aumento do tamanho do agregado familiar elevou a chance de pobreza das mulheres do Paraná em 40% e dos homens chefes de família em 33,7%. Em 2023, essas chances tiveram variação sutil, de modo que, o aumento na chance de pobreza das chefes mulheres foi de 39,5% e dos chefes homens foi de 34,1%, frente ao aumento do tamanho da família. Resultado que está de acordo com o estudo de Agy (2020), que concluiu que quanto maior é o agregado familiar, maior é a chance de pobreza.

Verifica-se que a presença de filhos nos domicílios, tanto de 0 a 6 anos de idade, quanto de 7 a 14 anos, tende a interferir mais na chance de pobreza das chefes mulheres paranaenses, aumentando as chances de pobreza destas, do que a dos chefes homens. O resultado encontrado em 2023 corrobora com os observados por McAdoo e Pearce (1981), que introduziram o conceito de feminização da pobreza, e por Ichwara et al. (2023), pois os dois trabalhos mostraram que mulheres com filhos apresentam maior probabilidade de se encontrarem em situação de pobreza do que os homens.

A presença de aposentados no domicílio também foi significativa para que a chance de pobreza fosse reduzida. No caso das mulheres, apresentar um aposentado no domicílio reduzia a chance de pobreza em 67,3%, enquanto para os homens reduzia em 59,6%, em 2012. Já em 2023, as mulheres apresentaram 77,3% menor chance de se encontrarem em situação de pobreza e os homens 68,1%, na presença de aposentado no domicílio. Esse resultado se relaciona com aquele encontrado por Amaral e Cunha (2021) que demonstraram que as mulheres apresentaram maior vulnerabilidade econômica recebendo salários menores e, portanto, a presença de aposentados no domicílio chefiado por estas é um fator que contribui com a diminuição de sua chance de pobreza em proporção maior do que quando os domicílios são chefiados por homens.

Em relação à localização do domicílio, observa-se que o fato dos chefes de família, tanto mulher quanto homem, residirem em área urbana, reduz sua chance de pobreza em média em 48%, sendo ligeiramente maior a redução de chance de pobreza nos domicílios chefiadas por mulheres. O estudo de Raiher (2016) também apresentou que morar em área urbana diminui a chance de pobreza dos domicílios. Sendo mais significativo na diminuição da pobreza das mulheres.

Com o objetivo de captar alguns fatores relacionados com o mercado de trabalho e para complementar a análise de chance de pobreza de chefes de famílias, foram realizadas estimativas considerando apenas aqueles chefes que se encontravam ocupados em 2012 e 2023. Nas colunas 3 e 5 da Tabela 6, estão expostos os resultados do modelo, para homem e mulher respectivamente, para verificar os fatores que mais impactam a pobreza de cada gênero que estão ocupados, conforme Equação 4. Aqui são analisadas apenas as informações referentes à ocupação, uma vez que as demais informações mantiveram os comportamentos em todos os modelos e seus valores já foram analisados anteriormente.

Em relação à informalidade no mercado de trabalho, quando o chefe homem se encontra nessa situação os resultados foram significativos apenas em 2012, mostrando que estar nessa situação aumenta a chance de pobreza em 26,0%. Já para chefe mulheres, a variável

foi significativa apenas em 2023, indicando que estar nessa situação aumenta a chance de pobreza da chefe mulher paranaense em 65,9%. Assim, de maneira geral, a informalidade tende influenciar mais a chance de pobreza feminina. De acordo Dedecca (2004), isso ocorre porque as mulheres sempre exerceram cargos de maior informalidade, menos sindicalizados e de menor remuneração, de tal modo que a informalidade impacta mais significativamente a chance de pobreza das mulheres chefes de família ocupadas do que à dos homens.

Sobre a jornada de trabalho, considerando-se a faixa de 45 horas ou mais como *baseline*, de maneira geral, para os chefes homens, as horas trabalhadas não se mostraram significativas, indicando que, quando comparada com a faixa de 45 horas ou mais de trabalho, trabalhar jornadas menores não afetam as chances de pobreza do chefe homem no Paraná. Porém, para as chefes mulheres, quando comparadas à *baseline*, quanto menor a sua jornada de trabalho, representadas pelas faixas de horas menores, maior é a chance de pobreza destas. Esse achado se alinha com o fato de que as mulheres estão mais presentes em trabalhos informais, de menor carga horária e, consequentemente, menores salários e salienta a maior vulnerabilidade delas à pobreza, devido a este fator. As jornadas de trabalho informais serem mais significativas para uma maior chance de pobreza das mulheres está de acordo com o estudo de Ráo (2012) que mostra que a proporção de mulheres que exercem jornadas de trabalhos não formais é superior à dos homens. O estudo de Ulyssea (2006) também encontra maior chance de pobreza para quem exerce jornadas informais de trabalho.

Em suma, uma vez verificada a existência de feminização da pobreza na parte de análise descritiva dos dados e no modelo *logit* geral, modelos *logit* complementares foram estimados para tentar identificar os fatores que mais contribuem com a chance de pobreza da chefe mulher, fazendo uma comparação com os resultados para o chefe homem. Os principais resultados encontrados apresentaram uma maior chance de mulheres chefes de família no Paraná se encontrarem em situação de pobreza do que homens no período analisado.

Cabe destacar que, de maneira geral, informalidade (mesmo diante do aumento da escolaridade), presença de filhos no domicílio (principalmente entre 0 e 6) e baixas jornadas de trabalho (destaque para a faixa de 0 a 14 horas de trabalho) tendem a afetar mais a chance de pobreza das chefes mulheres do Paraná, em 2012 e 2023, do que à dos homens.

Considerações Finais

O presente estudo traz uma revisão abordando aspectos relacionados à feminização da pobreza. Ademais, apresentou estudos empíricos sobre desigualdade de gênero e feminização da pobreza no Brasil e mundialmente. A pesquisa teve como objetivo contribuir com a abordagem da feminização da pobreza através de variáveis como informalidade e horas de trabalho em uma análise para o estado do Paraná. A análise descritiva mostrou que no período de análise houve uma porcentagem superior de mulheres em situação de pobreza em comparação com os homens e que as mulheres

tiveram maior escolaridade média do que homens, mas, apesar disso, apresentaram maior informalidade do que os homens.

Os principais resultados da pesquisa obtida por meio do modelo *logit* seguiram a mesma perspectiva da análise descritiva e apresentaram que as mulheres tiveram maior chance de pobreza do que os homens. Além disso, mulheres com filhos de 0 a 14 anos também tiveram maior chance de pobreza do que homens com filhos nessa faixa etária. Quanto à comparação entre indivíduos ocupados, a chance de pobreza da mulher ainda foi superior à dos homens, pois apresentaram maior chance de se encontrar em um trabalho informal e trabalhar em jornadas de trabalho menores do que 40 a 44 horas, que é a jornada normal de trabalho no Brasil.

Em suma, o presente trabalho identificou o problema da feminização da pobreza no Paraná e uma maior vulnerabilidade das mulheres pobres em relação aos homens considerando aspectos como faixa etária, raça, aposentadoria e ocupação. Ademais o peso dos filhos também foi mais significativo para as mulheres e condições de ocupação e informalidade. Portanto, políticas públicas que levam em consideração a questão do gênero, como programas de transferência de renda para mulheres, combate à discriminação salarial no mercado de trabalho por meio da criação e cumprimento de leis devem ser fomentadas para combater a questão da pobreza entre as mulheres.

Referências

- ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 58, n. 4, 2006.
- AGY, A. R. Pobreza no meio rural: situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. *Observatório do Meio Rural*. Moçambique, n.83, 2020.
- AMARAL, P. V; CUNHA, M. S. O papel de programas sociais no combate à pobreza e à desigualdade na distribuição de renda no Brasil. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*. Curitiba, v. 10, n. 03, p 365-397, 2021.
- ARAÚJO, F. B; DEVIDÉ, A; MAIA, K; SOUZA, S. C. I. O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012. *Revista Econômica. O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil*. Niterói, v. 17 n. 02, p. 97-122, 2016.
- ARAÚJO, T. J. N; ARANTES, L. S; KRAUZER, F. C; SILVA, D. R.; OLIVEIRA, S. V. Gênero e pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul: uma análise das desigualdades entre homens e mulheres. *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Anais do IX Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre, 2018.
- BONETTI, A; FONTOURA, N. O; PINHEIRO, L; QUERINO, A. C; ROSA, W. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 3. ed. Brasília: Ipea: SPM: UNIFEM, 2008, 36 p.
- CARMO, C, L, B. Feminização da pobreza no Brasil no período 2004-2015. Universidade de Brasília. Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE). Departamento de Economia. Graduação em Ciências Econômicas. Monografia. Brasília, 2019.
- COUTO, A. C. L. Pobreza sob a ótica de gênero no Brasil (2012-2019). *A Economia em Revista*. Maringá, v. 30, n.02, p 77-90, 2022.



- COUTO, A. C. L; SILVA, C. Pobreza, escolaridade e formas de inserção no mercado de trabalho uma análise para o Brasil nos anos de 2012 e 2019. *Revista Orbis Latina*. Foz do Iguaçu, v.12, n.01, p 62-82, 2022.
- COSTA, J; MEDEIROS, M. What Do We Mean by “Feminization of Poverty”? International Poverty Center. One Pager. n. 58. Brasília, 2008.
- CHANT, S. Nuevas contribuciones al análisis de la pobreza: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género. Serie mujer y desarrollo. Santiago, 2003.
- DANIŞMAN, A; GÖKOVALI, U. Feminization of poverty: Does it really exist in Turkey? *Journal New Perspectives on Turkey*, v. 42, p. 179-201, 2010.
- FERREIRA, S. B. F; SANTOS, C. D. G. R. A feminização da pobreza e o mercado de trabalho. *Anais do I Congresso Internacional de Meio Ambiente do Trabalho, Saúde e Sustentabilidade*. Universidade Federal de Santa Catarina. Editora Ufsc. Florianópolis, n.01, 2022.
- FREITAS, A.M.L.; RODRIGUES, L. As relações de gênero, emprego e pobreza no Brasil. *Congresso em Desenvolvimento Social*. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, v.3, p. 1-18, 2012.
- GOLDIN, C. The quiet revolution that transformed women’s employment, education, and Family. *American Economic Review*. United States, v.96, n.02, p 1-21, 2006.
- GUARDA, E. T. S. Identificação e comportamento da feminização da pobreza no Brasil e no México (2000-2010). Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Economia e Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Santa Maria, 2023.
- GUJARATI, D. N. *Porter. DC Econometria Básica*. Tradução de Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia GL Rosa. 5a edição, Porto Alegre, Amgh, 2011.
- HESHMATI, A; PARK, Y. The Effects of Labor Market Characteristics on Women’s Poverty in Korea. *Journal Economies*. Departament of Economics. Sogang University. South Korea, Seul, v. 7, n. 4, 2019.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua: microdados 2012 a 2023. Rio de Janeiro: IBGE (2023a). Disponível em: < <http://ibge.gov.br> >. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ICHWARA, J. M; NG’ANG’A, T. W. K; WAMBUGU, A. Changes in gender differences in household poverty in Kenya. *Journal Cogent Economics & Finance*. United Kingdom, v.11, n. 1, 2023.
- KORN, E. L.; GRAUBARD, B. I. Simultaneous testing of regression coefficients with complex survey data: Use of Bonferroni t statistics. *American Statistician* , v. 44, p. 270-276, 1990.
- KLASEN, S; LECHTENFELD, T; POVEL, F. A Feminization of Vulnerability? Female Headship, Poverty, and Vulnerability in Thailand and Vietnam. *Journal World Development*. United Kingdom, v. 71, p 36-53, 2015.
- LIMA, A. L. M. C. Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Tese de Doutorado. Salvador, 2005.
- LIMA, J. F; OLIVEIRA, N. S. M. N. Pobreza das mulheres chefes de família da região nordeste do Brasil: uma análise multidimensional. Universidade de Taubaté. Programa



de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Doutorado em Desenvolvimento e Agronegócio. Taubaté, 2023.

MCADOO H; PEARCE, D. *Women and children: alone and in poverty*. Women's Research and Education Institute. Cornell University Library, 1981.

MORAES, T. D. Transformações político-econômicas e políticas públicas para mulheres na perspectiva da feminização da pobreza no Brasil (1995-2015). Universidade Federal de Pelotas. Programa da Pós-graduação em Sociologia. Revista Discente Perspectivas Sociais. Pelotas, v. 9, n. 01, p. 185-207, 2023.

PEARCE, D. The feminization of poverty. *Woman and Social Justice. Journal for Peace and Justice Studies*, United States, v. 2, n.01, p 1-20, 1990.

RAIHER, A. P. Condição de Pobreza e a Vulnerabilidade da Mulher Brasileira. Informe Gepec, Toledo, v. 20, n. 1, p. 116-128, 2016.

RÁO, E. M. Tempo de trabalho no Brasil contemporâneo: a duração da jornada de trabalho (1990-2009). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Dissertação de Mestrado. Campinas, 2012.

SABÓIA, A.L; SOARES, C. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge - uma contribuição à discussão da "feminização da pobreza". *Revista Gênero*. Niterói, v.4, n. 02, p 53-71, 2004.

SANTOS, M. H. P; ALMEIDA, A. C. Feminização da pobreza: uma análise sobre privações em aspectos relacionados à pobreza em tempos de Covid-19. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v.55, n.2, p. 125–143, 2024.

SCHINAIDER, C. M; VIANA, I, M, S; TEIXEIRA, E. C. Pobreza e gênero: evolução dos indicadores de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT) para o Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina. Textos de Economia. Florianópolis, v.23, n.1, p.1-22, 2020.

SOUZA, L. N. Uma análise da inserção feminina no mercado de trabalho da RMS: uma leitura a partir dos dados da ped. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

STALLARD, K; EHRENREICH, B; SKLAR, H. *Poverty in the American dream: Women and Children First*. Boston: South End Press, 1983.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, v. 26, n.04, p 596-618, 2006.

VARGAS, B. H. O papel das mulheres no processo de desenvolvimento do Grande ABC: existiria uma feminização da pobreza na região? Universidade Federal do Espírito Santo. *Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia Política*. Vitória, n. 24, 2019.

VEGA, A. P. Pobreza feminina desvendando suas raízes. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*. Iratí, v. 10, n.2, p. 177-200, 2019.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.